



CÂMARA DOS DEPUTADOS FEDERAL
Gabinete do Deputado Túlio Gadêlha

PL Nº 2.628/2022

Dispõe sobre a proteção de crianças e adolescentes em ambientes digitais.

EMENDA MODIFICATIVA

(Do Sr. Túlio Gadêlha)

Dê-se ao art. 5º a seguinte redação:

“Art. 5º Os produtos ou serviços de tecnologia da informação deverão observar os deveres de cuidado, de prevenção, de proteção, de informação, de segurança e de transparência, previstos neste Capítulo, na Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor), além de conteúdos que configurem prática de crimes tipificados na legislação brasileira.

§1º Às crianças, adolescentes e jovens, sua proteção goza de absoluta prioridade, especialmente para colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão, nos termos deste capítulo, na forma da Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente) e do art. 227 da Constituição Federal, em conformidade com o princípio do melhor interesse da criança e do adolescente e sua proteção ampla, integral, especial e prioritária.

§ 2º Os fornecedores dos produtos ou serviços de tecnologia da informação de que trata o caput devem adotar as medidas técnicas adequadas, inclusive mecanismos de segurança ativos e preventivos, além de outros que possibilitem à família e aos responsáveis prevenir o acesso e o uso inadequado por crianças e adolescentes.

§ 3º Para os fins desta Lei, considera-se como expressão do melhor interesse de crianças e adolescentes a proteção à sua vida, segurança, bem-estar, saúde mental e física, privacidade, educação, lazer, profissionalização, cultura, dignidade, respeito, liberdade, convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão, sem prejuízo de outros garantidos no ordenamento jurídico brasileiro, na mais ampla concepção.

§ 4º A autoridade nacional poderá emitir recomendações e orientações acerca das práticas relevantes para a consecução das obrigações previstas nesta Lei, considerando





CÂMARA DOS DEPUTADOS FEDERAL
Gabinete do Deputado Túlio Gadêlha

a evolução tecnológica e os padrões técnicos aplicáveis.”
(NR)

Apresentação: 18/08/2025 22:26:41 - CCOM1
ESB 6/2025 CCOM => SBT 1 CCOM => PL 2628/2022

ESB n.6/2025



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD250096368700>
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Túlio Gadêlha





CÂMARA DOS DEPUTADOS FEDERAL
Gabinete do Deputado Túlio Gadêlha

JUSTIFICAÇÃO

Altera o art. 5º do Substitutivo ao Projeto de Lei nº 2.628, de 2022, incluindo o dever de cuidado e de transparência, ampliando os deveres de proteção e detalhando o conceito de melhor interesse da criança, do adolescente e do jovem. O dever de cuidado é que permite a responsabilização civil e penal independentemente de notificação ou provocação. Ele cria um dever proteção ativo, de agir com prudência e diligência para evitar que os danos sejam causados e é fundamental para estabelecer a responsabilidade em casos de negligência.

A presente emenda tem como objetivo reforçar e tornar mais clara a proteção integral de crianças, adolescentes e jovens no ambiente digital, contemplando princípios fundamentais do Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei nº 8.069/1990), do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078/1990) e da Constituição Federal (art. 227).

Ao incluir expressamente os deveres de cuidado e transparência, a emenda estabelece que os fornecedores de produtos e serviços de tecnologia da informação devem adotar uma postura ativa e preventiva, garantindo responsabilidade civil e penal em casos de negligência, independentemente de provocação. Isso permite proteger de forma efetiva crianças e adolescentes de conteúdos nocivos ou ilícitos e de práticas que possam comprometer sua saúde, segurança, bem-estar e desenvolvimento integral.

Além disso, a emenda detalha que o dever de cuidado deve se traduzir em medidas técnicas adequadas e mecanismos de segurança preventivos, de modo que famílias e responsáveis possam monitorar, controlar e evitar acessos inadequados, reforçando a responsabilização dos fornecedores.

Assim, a emenda amplia a concepção do melhor interesse da criança e do adolescente, incluindo aspectos como educação, lazer, cultura, profissionalização, dignidade, respeito, liberdade e convivência familiar e comunitária, sem prejuízo de outros direitos garantidos pelo ordenamento jurídico.

Sala das Comissões, em de de 2025.

Deputado TÚLIO GADÊLHA
REDE/PE

